



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Gestão e Negócios
Graduação em Administração



**Agentes de agregação de valor nas empresas dos setores do
Agronegócio e Gás e Petróleo**

Discente: Mariana Francischini

Orientador: Marcelo Fodra

Uberlândia-MG

Junho/2018

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Segundo Machado et al. (2009) as empresas que praticam a responsabilidade social devem atender as expectativas econômicas, jurídicas, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às organizações em um determinado período de tempo e que por conta de pressões da sociedade em geral, as empresas conscientizaram-se para se apresentarem de modo socialmente responsável.

Segundo Barros et al. (2012) a finalidade da contabilidade pode ser delineada como o fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que proporcionem decisões racionais. Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a compor o conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias para as sociedades anônimas abertas.

A função da Contabilidade é levar informação aos seus usuários e para isso faz uso de demonstrativos como a DVA, que permite que as empresas possam verificar sua produtividade de geração de riqueza e sua distribuição. O objetivo desse trabalho é identificar quais variáveis de Governança Corporativa agregam o valor adicionado nas empresas do setor do Agronegócio e Gás e Petróleo.

Segundo Araújo (2017) o setor do agronegócio tem se destacado nos últimos anos devido à expansão da produção agropecuária e ao aumento das exportações de commodities agrícolas. Além da importância do tema para a economia do país, também aumentou o interesse e a investigação científica sobre o agronegócio. O setor é também uma das que mais geram emprego, em torno de 25% da população do país atua na mão de obra voltada para agricultura, seja trabalhando para grandes empresas ou até mesmo em uma pequena fazenda.

Segundo Oddone (2017) o petróleo representa, 35% do total de consumo de energia no mundo, número que ainda o faz ser o líder em relação aos outros recursos naturais existentes. O Setor de Petróleo e Gás tem a participação de 11% do PIB Industrial deixando o Brasil como maior produtor de petróleo da América Latina.

Neste sentido, a questão de pesquisa do presente artigo resume-se em: quais as variáveis financeiras e sócias de governança corporativa que eventualmente contribuem para a agregação de valor em empresas do setor do agronegócio e gás e petróleo?

Esse trabalho justifica-se pela relevância dos setores do agronegócio e gás e petróleo para a economia nacional, considerando tais participações no PIB brasileiro e a responsabilidade

social das empresas em evidenciar o impacto das suas atividades corporativas na sociedade e a capacidade das empresas de produzir valor adicionado.

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Identificar quais variáveis de governança corporativa de agregação de valor nas empresas dos setores do agronegócio e gás e petróleo, nos anos de 2009 a 2016.

Objetivos específicos

Para atingir o objetivo Geral é necessário atentar para os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as empresas do setor do agronegócio e gás e petróleo;
- Coletar os dados das DVA's e outras demonstrações financeiras padronizadas das empresas dos setores selecionados;
- Segregar a amostra por setores de atuação;
- Calcular o índice de participação das variáveis na geração da riqueza gerada na DVA.

O artigo será estruturado em cinco partes iniciando com esta introdução. A segunda parte apresenta o referencial teórico que aborda conceitos e contribuições sobre responsabilidade social e valor adicionado, demonstração de valor adicionado, governança corporativa e o setor do agronegócio e petrolífero no Brasil. A terceira seção, aponta as técnicas metodológicas usadas para construção desta pesquisa, sendo uma pesquisa destrutiva, para a coleta de dados uma pesquisa documental e com caráter quantitativo. Posteriormente é apresentado os resultados e por fim, a conclusão do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1- Responsabilidade social e valor adicionado

Uma das mais citadas definições de responsabilidade social é proposta por Carroll (1979) apud Machado e outros (2009). Os autores afirmam que as empresas que praticam a responsabilidade social devem atender as expectativas econômicas, jurídicas, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às organizações em um determinado período de tempo. Segundo o autor, a perspectiva de que as empresas são responsáveis para a sociedade e devem fazer o que se espera delas. Para as empresas preocupadas somente com o lucro, isto implicaria numa mudança cultural na organização e, também, uma inevitável reavaliação das metas corporativas.

Segundo Machado e outros (2009) por conta de pressões da sociedade em geral, as empresas conscientizaram-se para se apresentarem de modo socialmente responsável. Nesse contexto surgiram os relatórios sociais, instrumentos que têm o objetivo potencial de evidenciar o impacto das atividades corporativas na sociedade.

Um dos produtos da Contabilidade, elaborado com a finalidade de melhor subsidiar seus usuários, é a Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Tal demonstração foi desenvolvida com o intuito de evidenciar a riqueza gerada pelas atividades da companhia e, ainda, como essa riqueza é distribuída entre os agentes que participam de sua geração (RIBEIRO; SANTOS, 2004).

A DVA desenvolveu-se no Reino Unido, ganhando popularidade com a publicação do *Corporate Report pelo Accounting Standards Steering Committee*, atualmente *Accounting Standards Committee*, em agosto de 1975, o qual recomendava a elaboração da DVA, para evidenciar como os benefícios e os esforços de uma empresa eram distribuídos entre empregados, provedores de capital, Estado e reinvestimentos. Na África e na Índia, a DVA é exigida de qualquer empresa que queira se instalar naqueles territórios, pois por meio dela poder-se-á avaliar o montante de riqueza que poderá ser criada dentro do país (CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, 2005).

Segundo Cunha, Ribeiro e Santos, (2005) a DVA, produz informações referentes à riqueza gerada pela empresa e a forma como foi feita sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la: os empregados, o governo, e os detentores de capitais, sócios, acionistas e financiadores externos. A DVA apresenta-se como o instrumento capaz de evidenciar tanto os aspectos econômicos, quanto os sociais, inovando o enfoque utilizado até então, e se constituindo nas mais ricas demonstrações para aferição dessas relações.

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, a DVA passou a compor o conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias para as sociedades anônimas abertas. Nos anos anteriores à promulgação da Lei, as companhias abertas eram incentivadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a publicar a DVA (BARROS et al., 2012).

2.2- Demonstração de valor adicionado

Segundo Santos (2007 apud Barros et al., 2012) a DVA é a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição, capacidade de geração e distribuição da riqueza de uma entidade. O autor afirma que uma possível explicação para empresas divulgarem DVA mesmo não sendo obrigadas, é a preocupação com a responsabilidade social.

Segundo Ribeiro e Santos (2004) a geração do valor adicionado requer a utilização de mão-de-obra e de capitais, próprios e de terceiros, além da garantia de manutenção da ordem política e social. Esta garantia da ordem política e social é dada pelo Governo, os capitais são fornecidos pelos acionistas e por financiadores externos e a mão-de-obra representa a contribuição dos empregados de uma entidade. Todos esses recursos são remunerados de alguma forma; enquanto os empregados recebem salários por sua participação na geração de riquezas, os acionistas recebem lucros, juros sobre o capital próprio e dividendos, os financiadores ficam com os juros e aluguéis e o governo com os impostos (RIBEIRO; SANTOS, 2004).

Segundo Ribeiro e Santos (2004) a riqueza gerada por todos esses recursos é denominada de valor adicionado porque representa quanto a empresa agregou para a economia. A apuração de tal valor é demonstrada a partir do faturamento bruto, deduzido dos insumos adquiridos de terceiros, chegando-se ao valor bruto adicionado no período. Para se chegar ao valor adicionado líquido produzido pela empresa é necessário deduzir-se do valor adicionado bruto as parcelas de depreciação, amortização e exaustão. Finalmente, o valor adicionado líquido poderá ser alterado em função dos valores recebidos em transferência, que representam riquezas que foram geradas por terceiros. São exemplos dessas transferências: receitas financeiras e resultado da equivalência patrimonial, que pode ser positivo ou negativo. Assim, chega-se ao valor adicionado que será distribuído dentre os seguintes agentes: pessoal, governo, financiadores de capital externos e internos. (RIBEIRO e SANTOS, 2004).

2.3 - Governança Corporativa

A Governança Corporativa é definida como “sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal” (BARROS et al., 2012). A Governança Corporativa de uma empresa procura se fundar sobre valores como responsabilidade, transparência e eficiência, para então estabelecer estruturas específicas de implementação desses valores. O presente trabalho contempla alguns valores como: Práticas de Sustentabilidade, Compliance e Gestão de Riscos.

Práticas de Sustentabilidade

Atualmente as organizações necessitam adotar políticas sustentáveis, isto vem ocasionando uma maior busca e utilização de práticas sustentáveis. Para isto torna-se necessário

saber quais os principais desafios para as organizações na aplicação dessas práticas de sustentabilidade empresarial (ISERHARD; KIPPER; PAZ, 2014).

A sustentabilidade organizacional segundo são as ações que as organizações realizam visando à promoção de programas sociais e à redução dos impactos ambientais e se mantendo economicamente viável no mercado. Uma organização ecologicamente sustentável está agindo de forma socialmente responsável atendendo o interesse dos *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas atividades (ARAUJO et al. 2006 *apud* ISERHARD; KIPPER; PAZ, 2014).

Compliance

Compliance é uma expressão que se volta para as ferramentas de concretização da missão, da visão e dos valores de uma empresa. *Compliance* é um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais, que, uma vez definido e implantado, será a linha mestra que orientará o comportamento da instituição no mercado em que atua (CANDELORO; RIZZO; PINHO, 2012 *apud* DINIZ; RIBEIRO, 2015).

Segundo Diniz e Ribeiro (2015) a política de *Compliance* é essencial para empresas que prezam pela eficiência e buscam perenizar e aumentar os seus lucros, pois a transparência, a ética e a confiança são condições legais, e não apenas itens de ostentação. Atualmente é inimaginável que uma empresa de grande porte, ou que pretenda atingir essa condição, atue sem a adoção dos princípios de governança corporativa e de uma política de *Compliance*, principalmente após a revolução tecnológica e o fortalecimento de uma massa de consumidores críticos, que adquirem condutas e valores, e não mais somente produtos e serviços.

Gestão de riscos

Organizações de todos os tipos e tamanhos enfrentam influências e fatores internos e externos que tornam incerto se e quando elas atingirão seus objetivos. O efeito que essa incerteza tem sobre os objetivos da organização é chamado de "risco" (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2009).

Segundo a ABNT (2009) embora todas as organizações gerenciem os riscos em algum grau, existem normas que estabelece um número de princípios que precisam ser atendidos para tornar a gestão de riscos eficaz. Normas que recomendam que as organizações desenvolvam, implementem e melhorem continuamente uma estrutura cuja finalidade é integrar o processo

para gerenciar riscos na governança, estratégia e planejamento, gestão, processos de reportar dados e resultados, políticas, valores e cultura em toda a organização.

Segundo a ABNT (2009), a gestão de riscos cria e protege valor. A gestão de riscos contribui para a realização demonstrável dos objetivos e para a melhoria do desempenho referente, por exemplo, à segurança e saúde das pessoas, à segurança, à conformidade legal e regulatória, à aceitação pública, à proteção do meio ambiente, à qualidade do produto, ao gerenciamento de projetos, à eficiência nas operações, à governança e à reputação.

2.4 Agronegócio no Brasil

Para que haja produção agropecuária e para que o produto chegue ao consumidor, o processo envolve um complexo de atividades sociais, agronômicas, zootécnicas, agroindustriais, industriais, econômicas, administrativas, mercadológicas, logísticas e outras. Assim, o processo deixou de ser visto como algo só de agrônomos, veterinários, agricultores e pecuaristas, para ocupar um complexo e abrangente, que é o do agronegócio, envolvendo outros segmentos (ARAÚJO, 2017).

Segundo o Relatório PIB do Agronegócio Brasil (2017), o agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica (primária); agroindústria (processamento) e agro serviços. O setor tem-se destacado nos últimos anos devido à expansão da produção agropecuária e ao aumento das exportações de commodities agrícolas. Além da importância do tema para a economia do país, também aumentou o interesse e a investigação científica sobre o agronegócio.

O Brasil é um país com vocação natural para o agronegócio devido às suas características e diversidades, principalmente encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na luminosidade. Com seus 8,5 milhões de km² o Brasil é o país mais extenso da América do Sul e o quinto do mundo com potencial de expansão de sua capacidade agrícola sem necessidade de agredir o meio ambiente (GUANZIROLI, 2006).

O fato de o Brasil ter conseguido dobrar a produção de grãos para os atuais 100 milhões de toneladas, em relação à colheita de 50,8 milhões de toneladas obtida no início da década de 80, com a mesma área plantada. Este desempenho no campo só foi possível graças à utilização de insumos, basicamente sementes, adubo e agrotóxicos, de primeira linha disponíveis para o setor (GUANZIROLI, 2006).

Segundo Guanziroli (2006) vários fatores contribuem para que haja grandes chances, no longo prazo, do Brasil aumentar sua produção agrícola (principalmente de soja e milho). Pelo lado da oferta cabe destacar que o Brasil possui grandes áreas ainda inexploradas ou deficientemente exploradas que poderão ser incorporadas à produção agrícola no futuro se houver investimentos em produtividade e em meios de escoamento das safras.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2017) o agronegócio brasileiro ganhou participação na economia do país. O chamado "PIB do agronegócio" mede a geração de riquezas em todas as cadeias do setor agropecuário, desde a produção de insumos até as indústrias de alimentos, passando pela produção nas fazendas.

O Relatório PIB do Agronegócio Brasil (2017) que é uma publicação mensal resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), divulgou a participação de cada segmento no respectivo ramo do PIB do Agronegócio Cepea-USP/CNA.

A Figura 2 expõe a questão abordada anteriormente.



Figura 2: Participação de cada segmento no PIB do Agronegócio (Elaborado pelo autor)

Fonte: Relatório PIB AGRO Brasil (2017)

Como pode-se ver na Figura 2, como exemplo o ano de 2017, o segmento do insumo teve 5% na participação do PIB total no agronegócio, 26%, 28% e 41% os segmentos de agropecuária, Indústria e agro serviços, respectivamente.

O Relatório PIB do Agronegócio Brasileiro (2017) também contempla a porcentagem da participação do Agronegócio no Produto Interno Bruto nacional. Conforme se vê na Figura 3:



Figura 3: Participação do Agronegócio no PIB nacional (Elaborado pelo autor)

Fonte: Relatório PIB AGRO Brasil (2017)

Como apresenta a Figura 3, o último ano de análise, 2016, o PIB do agronegócio no total do PIB do País, é de aproximadamente 20%, concluindo assim que o agronegócio no Brasil tem uma expressiva participação na economia do país. Perante essas informações, o trabalho completa um setor importante para o Brasil, o setor do agronegócio.

2.5 Petróleo e Gás no Brasil

O petróleo é o recurso natural mais abundante no mundo, sendo responsável por abastecer fábricas, indústrias, automóveis, além de várias outras funções, como fornecer energia elétrica. Portanto, trata-se de um dos líquidos mais importantes, derivado do hidrocarboneto. Por caracterizar tanta importância, o segundo setor escolhido para compor o presente trabalho é o setor Petróleo e Gás (ODDONE, 2017).

Segundo Oddone (2017) os primeiros poços de petróleo, ao que diz a história, foram descobertos por volta de 1.860 na Pensilvânia, dos Estados Unidos. Na época, os poços do líquido foram encontrados a pouca profundidade, algo em torno de 20 metros abaixo do mar. Em 1938, no Brasil, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão que atua fiscalizando e elaborando normas e leis de extração no país. A primeira extração ocorreu um

ano depois, 1939, numa cidade interiorana da Bahia. O governo da época era liderado por Getúlio Vargas, que incentivou a busca por petróleo no Brasil.

O petróleo representa, hoje, 35% do total de consumo de energia no mundo, número que ainda o faz ser o líder em relação aos outros recursos naturais existentes. O Setor de Petróleo e Gás tem a participação de 11% do PIB Industrial e é composto por mais de 105 empresas, gerando milhões de empregos e deixando o Brasil como maior produtor de petróleo da América Latina (ODDONE, 2017)

A Figura 3, mostra a cadeia do setor de petróleo e gás natural.



Figura 4: Cadeia do setor de petróleo e gás natural
Fonte: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP (2017)

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2017) a participação do segmento de petróleo e gás natural no PIB do Brasil aumentou de 3% em 2000 para 12% em 2010 e chega a 13% nos dias de hoje.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

“Método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2014 p.8). Esse trabalho utilizará métodos que proporcionam as bases de lógicas da investigação que são métodos esclarecem acerca dos procedimentos

lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade.

Segundo Gil (2014) a pesquisa social como um processo formal e sistêmico de desenvolvimentos do método científico, com objetivo de descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. É possível agrupar as mais diversas pesquisas em certo número de grupamentos amplos, assim o presente trabalho é do tipo descritivo.

Segundo Cervo e Bervian (2002), as pesquisas descritivas são aquelas que têm como característica a observação, registro, análise de dados e o estabelecimento de correlações entre fatos ou fenômenos, definidos em suas variáveis, sem manipulá-los. Nesta modalidade de pesquisa normalmente são incluídos estudos com objetivos de identificar representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos, estruturas, formas, funções e conteúdo. “A pesquisa descritiva tem como característica mais significativa está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados” (GIL, 2014 p.28).

“O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados” (GIL, 2014 p.28). Esse presente trabalho será desenvolvido a partir de dados secundários, produzidos e reportados pelas organizações participantes das bases de dados a serem levantadas. Estes dados serão coletados em fontes especializadas, tais como: revistas, jornais econômicos e sítios especializados na internet. Uma das plataformas para a coleta de dados será utilizado a base de dados Económica.

As informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa serão coletas na plataforma Económica, aplicando um sistema de busca. As informações serão relativas a dados produzidos por empresas de capital aberto do setor do agronegócio e petrolíferas que operam no território nacional e terão um período temporal entre 2009 até 2016.

Após a coleta das variáveis, foi usado o método de regressões com método de Mínimos Quadrados Ordinários Empilhados (POLS) para averiguar os eventuais efeitos de correlação entre as variáveis de Governança Corporativa e a agregação de valor pelas empresas do setor estudado.

Os indicadores coletados foram as variáveis explicativas compostas nas fórmulas apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1: Composição das variáveis Explicativas Usadas no Modelo Econométrico

Variável	Fórmula	Controle
Lucratividade	Ebitda/Ativo Total	Lucratividade
Benefício Fiscal	Depreciações + Amortização / Ebitda	Impacto do Benefício fiscal sobre Endividamento
Tamanho	Ativo Total	Tamanho da empresa medido pelo ativo total
Tangibilidade	Ativo Imobilizado/Ativo Total	Tangibilidade do ativo

Fonte: Resultados da pesquisa

A avaliação dos resultados do trabalho foi feita mediante a aplicação da equação de regressão indicada a seguir:

$$VAAT_i = \beta_0 + \beta_1 LUCRAT_i + \beta_2 BENFISC_i + \beta_3 TAM_i + \beta_4 TANG_i + \beta_5 SUST_i + \beta_6 GRIS_i + \beta_7 COMP_i + \mu$$

4. RESULTADOS

Inicialmente, para a melhor avaliação os resultados obtidos no trabalho, realizou-se a análise das estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas.

Tabela 2 Estatística descritivas das variáveis explicativas

Variáveis	Lucratividade	Benefício fiscal	Tamanho	Tangibilidade
Média	-0,3358	0,1858	14,75	0,5026
Desvio padrão	2,1615	01,4308	2,2441	0,5525
Assimetria	-5,5681	-2,1599	0,8033	1,2505
Achatamento	39,3729	26,6321	4,3185	4,7125
N	81	81	81	90

Fonte: Resultados da pesquisa

Na Tabela 3, a matriz de correlações, mostra que não há variáveis que apresentam correlação linear. A maior correlação foi entre Lucratividade e o Tamanho das empresas, indicando que há correlação positiva, porém fraca entre as tais variáveis.

Tabela 3 Matriz de correlações das variáveis independentes usadas na pesquisa

Variáveis	Lucratividade	Benefício fiscal	Tamanho	Tangibilidade
Lucratividade	1.0000			
Benefício Fiscal	0,0325	1.0000		
Tamanho	0,3389	0,2250	1.0000	
Tangibilidade	0,1235	0,1323	-0,1660	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa

Isso é indicativo de que não há multicolinearidade entre as variáveis explicativas, mas esta evidência deve ser confirmada pela aplicação do Teste VIF, apresentada da Tabla 4.

Tabela 4 Resultados do Teste VIF para as variáveis independentes do modelo

Variáveis	VIF	1/VIF
Lucratividade	1,24	0,8094
Benefício Fiscal	1,12	0,8922
Tamanho	1,35	0,7390
Tangibilidade	1,14	0,8778
VIF Médio	1,21	-

Fonte: Dados da pesquisa.

O Teste VIF (Variance Inflation Factor) indicou que não existe problemas de multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo. Não há, portanto, multicolinearidade, conformando os resultados demonstrados pela Matriz de Correlações das variáveis explicativas.

Tabela 5 Resultados do teste de normalidade Shapiro-Francia

Variáveis	N	Z	Valor-p
Lucratividade	81	7,7270	0,0000
Benefício Fiscal	81	7,0981	0,0000
Tamanho	81	3,9895	0,0001
Tangibilidade	90	4,6060	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa

O Teste de Normalidade de Shapiro-Francia não detectou divergências de normalidade em nenhuma das variáveis selecionadas. Todas as variáveis explicativas do modelo se comportam normalmente. Os valores de Valor-p são menores que 0,05 fazendo com que as variáveis sejam normalmente distribuídas.

Apesar de não ter sido realizado um teste para detectar a normalidade multivariada, a presença de normalidade em todas as variáveis, individualmente, pode ser um indicio de que exista multivariada, para as variáveis independentes usadas na modelagem.

Análise para os dados em painel

Foram testados três modelos de regressões: a Regressão em Mínimos Quadrados

Ordinários Empilhados, a regressão com Dados em Painel com Efeitos Fixos e a Regressão com Dados em painel com Efeitos Aleatórios.

Os resultados do Teste LM-Breusch-Pagan, teste utilizado para avaliar a existência de efeitos em painel, demonstrou a inexistência de efeitos em painel, em contrapartida da presença de efeitos aleatórios em painel apresentarem os seguintes resultados:

$$X^2 = 0,14, \text{ Valor} - p = 0,3542,$$

Os resultados esclarecem que no presente trabalho não é observado efeito de painel, as variáveis oscilam pouco no tempo. O resultado no Valor-p não permite rejeitar a hipótese nula do teste. Neste caso, deve ser usada a modelagem em Mínimos Quadrados Ordinários Empilhados (POLS), cujos resultados são apresentados a seguir:

Tabela 6 Resultados da regressão usando Modelo POLS (*Pooled Ordinary Least Squares*)

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	t	Valor- p
Lucratividade	513167,9	349736,8	1,47	0,1470
Benefício Fiscal	163225,9	103883,4	1,57	0,1211
Tamanho	-488912,2	265579,0	-1,84	0,0703
Tangibilidade	-2071874,1	6250563,0	-0,33	0,7412
Sustentabilidade	-870467,9	1013772,0	-0,86	0,394
Gestão de Riscos	217994,1	917334,5	2,38	0,0020
Compliance	-37661,4	341605,5	-0,11	0,9130

Fonte: Resultados da pesquisa.

Foram obtidas 73 observações das variáveis usadas na pesquisa, as quais produziam um resultado de Teste F global de 5,14, com o Valor-p nulo. O resultado exposto permite afirmar que há evidências suficiente de que ao menos um dos coeficientes das variáveis explicativas é diferente de zero, o que torna a regressão viável. O coeficiente de determinação R^2 indica que o modelo utilizado é capaz de explicar 17,55% da variância total dos dados.

A partir do exame dos resultados contidos na Tabela 5, pode-se observar que apenas a variável tamanho das empresas mostrou-se estatisticamente significativa, ao nível de 10% ($t=1,84$). Isso explica que quanto maior a empresa, menor a sua capacidade de produzir valor adicionado. Contudo, este resultado deve ser analisado com cautela, dada sua baixa significância estatística, obtida na análise do teste de significância.

As variáveis usadas para captar os efeitos das práticas de Governança Corporativa

utilizadas pelas empresas dos setores estudados, se mostraram significantes apenas para o caso de Gestão de Risco. Neste caso específico, a correlação positiva e significativa pode indicar que quanto maiores os gastos em práticas de prevenção de riscos, maiores as possibilidades de produzir valor adicionado.

Estes resultados podem ser considerados razoáveis, pois, as práticas de gestão de riscos envolvem atividades de prevenção e resoluções de problemas futuros importantes para as empresas. Quando as demais variáveis de Governança Corporativa, práticas e sustentabilidade e Compliance não apresentaram níveis de significância estatística que tornasse incapaz interpretar o seu resultado.

5. CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados, pode-se concluir que existe uma relação estatisticamente significativa entre a geração de valor adicionado pelas empresas do setor do agronegócio e gás e petróleo com a prática de gestão de riscos da Governança Corporativa.

Os resultados podem ter sido comprometidos por características próprias da amostra selecionada. Portanto, sugere-se que este trabalho seja replicado considerando-se um horizonte temporal mais amplo, ou em setores distintos do pesquisado.

6. REFERÊNCIAS

A nova visão contábil após a Lei 11.638/2007. Maio/2012. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/790/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-116382007/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios.** 2 ed. São Paulo: Atlas. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Gestão de riscos - Princípios e diretrizes.** ABNT NBR ISO 31000. 1º ed. 2009. Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: <<https://gestravp.files.wordpress.com/2013/06/iso31000-gestc3a3o-de-riscos.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018, 23:13.

BARROS, C. M. E; ISIDORO, C; CATAPAN, A.; SCHERER, L. M; **Relevância do valor adicionado: um estudo empírico em sociedade anônima abertas brasileiras.** XXII Encontro nacional de engenharia de produção. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção Bento Gonçalves. RS-Brasil, out. 2012.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CUNHA, J. V. A; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. D. **Demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza.** R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 37, p. 7 – 23, Jan./Abr. 2005.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. (CNA). **PIB e Performance do Agronegócio.** Disponível em: <http://www.cnabrazil.org.br/sites/default/files/sites/default/files/uploads/02_pib.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

DINIZ, P. D. F; RIBEIRO, M. C. P. **Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas.** Revista de Informação Legislativa. Jan 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018, 23:40.

Relatório PIB do Agronegócio BRASIL. GDP Agribusiness. Agosto 2017. Disponível em: <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_A_GOSTO\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_A_GOSTO(1).pdf)>. Acesso em: 30 out 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e Limitações.** Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia. Abril/2006. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD186.pdf>. Acesso em: 30 out 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS (IBP). **Cadeia do setor de petróleo e gás natural.** 2017. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/cadeia-do-setor-petroleo/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

ISERHARD, F. Z.; KIPPER, L. M; PAZ, F. J. **Sustentabilidade nas Organizações: Vantagens e Desafios.** CONVIBRA. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS. 2014. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2014/28/2014_28_10006.pdf>. Acesso em: 13 junho 2018.

MACHADO, E.A; MORCH, R. B; VIANNA, D. S. de C; SANTOS, R. dos; SIQUEIRA, J. R. M. de; **Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico.** (2004-2007). Artigo apresentado no 3º ENAPG. Salvador -BA, 2008. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 110-122, maio/agosto 2009.

ODDONE, D. **O setor de petróleo e gás no Brasil.** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/images/Palestras/Camera_Brasil_Espanha_Decio_Oddone_04_12_2017.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. dos. **A Remuneração dos Capitais Utilizados para Financiamento dos Ativos de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica Medida por Meio da DVA.** BBR - Brazilian Business Review, vol. 1, nº 1, 2004, pp. 17-30.FUCAPE Business School. Vitória, Brasil.